



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

Relatório da Visita

16 a 23 de março de 2014

Visita de delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades
Portuguesas a Moçambique

1. Organização da visita e composição da delegação

O Plano de Atividades da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas para a presente sessão legislativa previa a deslocação de uma delegação a Moçambique, em 2013, designadamente para fortalecer os laços de cooperação entre os dois Parlamentos, o que foi reforçado com a visita da delegação da Comissão Parlamentar de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique, entre os dias 22 a 26 de julho de 2013.

Por vicissitudes diversas, designadamente o calendário de trabalho dos dois Parlamentos, não foi possível concretizar esta deslocação em 2013, tendo sido sugerido pela Assembleia da República de Moçambique que a visita se efetuasse entre os dias 16 e 23 de março do corrente ano, coincidindo com o reinício dos trabalhos parlamentares e com primeira sessão plenária da Assembleia da República de Moçambique. A deslocação visava ainda o contacto e conhecimento da situação da comunidade de portugueses residentes em Moçambique.

A delegação era composta pelo Presidente da Comissão, Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto e pelos Srs. Deputados António Rodrigues (PSD); Paulo Pisco (PS) e José Lino Ramos (CDS-PP) e pelas Sras. Deputadas Carla Cruz (PCP) e Helena Pinto (BE). A delegação era acompanhada pela assessora da Comissão, Dr.^a Ana Vargas.

O programa previa diversas reuniões e visitas, propostas quer pela Comissão Parlamentar de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique, quer pela Embaixada de Portugal em Moçambique, que acompanhou o processo relativo a esta deslocação desde o seu início.

A delegação ficou instalada no Hotel Pestana Rovuma.

2. Programa da visita

16 de março - Domingo

A delegação chegou a Maputo como previsto, às 22:15, tendo sido recebida na Sala VIP do aeroporto pelos Sr. Deputado Carlos Jorge Siliya, Relator da Comissão, e pelo Sr. Deputado Arnaldo Chalaua. Aguardavam também a delegação o Sr. Embaixador de Portugal em Maputo, José Augusto Duarte e a Sr.^a Ministra Conselheira da Embaixada, Cristina Moniz.

Após algumas palavras de boas vindas. O Sr. Deputado Relator Carlos Siliya entregou formalmente o programa da visita proposto pela Assembleia da República de Moçambique.

17 de março – Segunda-feira

O Sr. Embaixador de Portugal em Maputo, Dr. José Augusto Duarte, tomou o pequeno-almoço com a delegação, de forma a fazer o enquadramento da situação em Moçambique, em termos políticos e económicos, e, em particular, no domínio da segurança, bem como sobre o relacionamento entre os dois países e a situação da comunidade portuguesa residente no país. Destacou o facto de Moçambique ser o 2º destinatário da cooperação portuguesa e realçou ainda a facilidade com que os agentes da cultura moçambicana têm acesso ao mercado português permitindo-lhes depois o acesso a um mercado mais vasto. O Sr. Embaixador sugeriu ainda que a Assembleia da República de Portugal ponderasse colocar um funcionário parlamentar, durante um período de tempo determinado, na Assembleia da República de Moçambique, para assegurar a ligação entre os dois parlamentos e, simultaneamente, dar apoio ao processo legislativo.

A delegação dirigiu-se depois à Assembleia da República de Moçambique para, de acordo com o programa, reunir com o Sr. Secretário-Geral Adjunto, que deu as boas vindas em nome do Secretário-Geral que se encontrava ausente em trabalho. Apresentou sucintamente a Assembleia da República de Moçambique, designadamente os órgãos e respetiva titularidade, as bancadas parlamentares, a composição parlamentar e as 9 comissões especializadas. O Presidente da



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

delegação, Deputado Sérgio Sousa Pinto, apresentou a delegação e disse que as relações com Moçambique e com a Assembleia da República de Moçambique eram uma prioridade para Portugal.

Após esta breve reunião, seguiu-se uma visita aos edifícios que albergam a Assembleia da República e que foram adaptados para o efeito, tendo a delegação sido informada que se prevê para breve a construção de uma cidadela parlamentar.

De seguida, a delegação reuniu com a Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades. Depois da apresentação dos membros da Comissão e dos elementos que compunham a delegação, a Presidente, Deputada Maria Inês Martins, falou sucintamente nas competências da Comissão e no interesse em efetuar uma troca de experiências, embora se encontrem em final de mandato. O Sr. Deputado Relator, Carlos Jorge Siliya, salientou a importância desta visita, na sequência da visita efetuada por delegação desta Comissão a Portugal no ano transato. Disse que uma das áreas que mais os tinha interessado era o apoio e acompanhamento das comunidades nacionais residentes no estrangeiro e pediu informação sobre a forma como a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas efetua o acompanhamento dos seus emigrantes e fiscaliza o apoio concedido pelo Governo às comunidades residentes no estrangeiro. O Sr. Deputado Arnaldo Chalaua reiterou o interesse no conhecimento e intercâmbio das boas práticas. Mencionou ainda a grande preocupação devido ao período de chuvas intensas que têm acontecido nos últimos tempos e que conduziram à saída de pessoas das respetivas habitações. Manifestou ainda preocupação quanto à malária e à dificuldade de acorrer às populações atingidas por esta doença.

O Sr. Presidente da delegação, Deputado Sérgio Sousa Pinto, agradeceu e disse que havia muito interesse no intercâmbio de boas práticas e lembrou que Portugal era também uma democracia recente. Destacou depois a importância da CPLP que permite que os países que integram esta Comunidade sejam, a nível internacional, mais fortes. Intervieram de seguida os restantes membros da delegação, tendo mencionado a forma como a atuação da Secretaria de Estado das Comunidades era acompanhada e fiscalizada a nível parlamentar. Foi ainda referido o ensino de português no estrangeiro, o trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar sobre

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

População e Desenvolvimento e a possibilidade de se reforçar outras áreas em termos de cooperação, designadamente na área da saúde materno-infantil.

Da parte da tarde, a delegação, acompanhada pelo Conselheiro da Embaixada de Portugal, Dr. Francisco Meireles, reuniu com o Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Skeik Abdul Carimo. O Presidente da delegação, Deputado Sérgio Sousa Pinto, apresentou os membros da delegação e disse que a visita da delegação tem o objetivo de contribuir para a aproximação entre os parlamentos dos dois países e visa também dar um sinal muito forte no empenho de Portugal no esforço de Moçambique de construção da democracia, para que as instituições se fortaleçam e se reforcem, pelo que esta reunião tem carácter simbólico. Rematou dizendo que a democracia é uma construção muito frágil e implica um processo infinito de defesa.

O Presidente da CNE, Skeik Abdul Carimo, disse que o período de recenseamento, que acontece em cada ciclo eleitoral, coincide este ano com o período de chuva o que dificulta todo o processo. Esta situação decorre do facto da lei eleitoral ter sido aprovada em fevereiro de 2013 e o calendário eleitoral ser muito apertado. Em 2009 houve problemas graves com o processo eleitoral. Neste momento, na zona central de Moçambique, existe conflito armado e não há garantia de segurança, pelo que aí não se efetua o recenseamento. 27% dos eleitores já se encontram recenseados e, dado que dispõem de mais 7 semanas para o recenseamento e a estação das chuvas está a abrandar, considera que se conseguirá concluir o processo. Os membros da Renamo já tomaram posse na CNE pelo que tudo indicia que a situação vai normalizar. A CNE é composta por 7 elementos vindos da sociedade civil, 5 da Frelimo, 4 da Renamo, 1 do MDM e ainda 2 elementos, um em representação do governo e sendo o outro o diretor do STAE. A CNE faz campanha cívica para o recenseamento e para sensibilizar as populações para votarem. O cartão de recenseamento é gratuito e inclui dados de identificação biométricos. Disse ainda que se irão alcançar os objetivos em termos de recenseamento mas há uma grande desmobilização em termos de participação no processo eleitoral. Os níveis de abstenção são cada vez mais elevados. O MDM veio alterar o espetro partidário e gerou um acréscimo de participação nas eleições autárquicas em comparação com as anteriores.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Destacou a importância do programa apoiado pelo PNUD, de Apoio aos Ciclos Eleitorais, dirigido aos PALOPs e a Timor Leste que já se concluiu e que era importante que prosseguisse. Ao nível da CPLP considerou que era importante que houvesse um conjunto de princípios que regessem as Comissões Nacionais de Eleições e estabelecesse orientações mínimas para efeitos eleitorais nos países da CPLP, aprovado por todos os países.

Seguiu-se a reunião com o Presidente do Observatório Eleitoral. O Presidente começou por referir que os membros do Observatório são representantes destacados da sociedade civil. O Observatório constituiu-se há pouco tempo, mas já se estabeleceu e é considerado uma mais-valia. Há uma maior concentração nos processos eleitorais e, no período entre eleições, a capacidade de financiar e disponibilizar tempo reduz-se um pouco, mas em seu entender, deveriam trabalhar mais no período entre eleições porque há maior disponibilidade para serem ouvidos. Educação cívica é mais do que educação eleitoral, prosseguiu. Nas eleições anteriores debateu-se muito a composição dos órgãos eleitorais, a Frelimo considerava que deveriam ser compostos proporcionalmente, ao passo que a Renamo considerava que deveria haver paridade e o Observatório insistiu que se falasse de números. Foi uma discussão dual entre Renamo e Frelimo e que, no entender do Observatório, deveria ter envolvido as outras forças partidárias.

O Presidente e delegação agradeceram a disponibilidade e salientaram a importância do processo de recenseamento em curso.

Às 17:00 a delegação reuniu com funcionários da Embaixada de Portugal para um *briefing* em áreas consideradas relevantes. O Sr. Embaixador, Dr. José Augusto Duarte, apresentou todas as pessoas que trabalham na Embaixada e destacou o facto de se tratar de uma equipa multifacetada e na sua maioria com experiência anterior noutros países de língua oficial portuguesa. Apresentou o Sr. Cônsul-Geral, Dr. Gonçalo Teles Gomes, também presente. Referiu que, quer a Embaixada, quer o Consulado, perderam muitas pessoas nos últimos anos, mas o serviço não piorou e



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

realçou o facto de a parte consular ter progredido significativamente. Seguiu-se depois uma apresentação sobre a situação política securitária em Moçambique.

18 de março – Terça-feira

A delegação partiu para a província de Gaza, acompanhada pelos Srs. Deputados Arnaldo Chalaua e Irineu Joaquim, para encontro com o Sr. Presidente da Assembleia Distrital de Gaza, António Eugénio Mabai. A reunião realizou-se com a presença dos membros da Assembleia Provincial de Gaza. De acordo com a apresentação feita pelo Sr. Presidente, a Assembleia foi instalada em 2010, na sequência de eleições, e é composta por 80 membros. O Presidente fez uma apresentação sobre competências e atividades desde a sua instalação e realçou o facto de as assembleias provinciais não legislarem, exceto sobre questões de funcionamento próprio. Compete-lhes fiscalizar o governo provincial e o governo nacional apenas naquilo que se refere à província respetiva.

O Presidente e membros da delegação agradeceram a receção e a apresentação feita que consideraram muito interessante.

A delegação regressou a Maputo ao final do dia.

19 de março – Quarta-feira

A delegação reuniu-se às 09:00 com a Chefe da Bancada parlamentar da Frelimo, Dr.^a Margarida Talapa e com outros elementos da bancada. A Chefe da Bancada começou por fazer uma apresentação da bancada, composta por 191 deputados, sendo 82 mulheres. A Bancada conta com 45 deputados combatentes e 52 jovens, representando estes números a importância que atribuem a estes sectores. A Frelimo preside a sete comissões parlamentares e nas outras duas, dirigidas pela oposição, os deputados da Frelimo são relatores. O Regimento anterior impedia a constituição de uma nova bancada pelo que, na sequência do último ato eleitoral, teve de ser alterado para permitir a criação da Bancada do MDM.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

O Presidente da delegação apresentou os membros da delegação e destacou o interesse de Portugal acompanhar a situação em Moçambique, os laços que unem os dois Estados e o facto de Portugal ser um advogado dos países africanos e especialmente de Moçambique junto da Europa. Mencionou ainda a situação atual e manifestou esperança de que as eleições decorram com normalidade. Falou ainda na integração da Guiné Equatorial na CPLP e nas reações que tem suscitado em Portugal.

A Chefe da Bancada da Frelimo falou no número de universidades atualmente existente e no facto de atualmente qualquer criança poder fazer o ensino básico próximo da sua residência e haver postos médicos de proximidade. Quanto à Guiné Equatorial disse que iriam falar com o executivo para analisar esta questão e ver as condições de aceitação deste país na CPLP.

Intervieram ainda os Srs. Deputados da delegação saudando os representantes da Bancada Parlamentar da Frelimo. Nas intervenções mencionaram as relações entre os dois países e destacaram o processo de recenseamento em curso e o esforço de consagração de soluções consensuais em matéria eleitoral.

Às 10:00 realizou-se reunião com a Chefe da Bancada da Renamo, Dr.^a Maria Angelina Dique Enoque, que deu as boas vindas e apresentou os membros da Bancada presentes. O Sr. Presidente apresentou os elementos da delegação e disse que o parlamento português atribui a estes contactos uma grande importância. Tudo o que se passa em Moçambique preocupa-nos e os sucessos dão-nos grande alegria, prosseguiu. As últimas notícias são animadoras no sentido de se estar a resolver o impasse. A democracia, a par de um parlamento a escrutinar as ações do executivo, são condições fundamentais para uma justa repartição da riqueza.

A Chefe da Bancada disse que Moçambique está a enfrentar um momento difícil. Depois de mais de 20 anos de vivência em paz, regressou a guerra, embora seja uma situação de guerra não declarada. O país entrou num conflito que não deveria sequer ter sido iniciado, porque o diálogo é fundamental. Começa agora a aparecer algum entendimento. Se as partes já concordaram no que foram os termos de referência, disse querer acreditar que seja um caminho definitivo. Concluiu perguntando aos



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

membros da delegação como é que conseguem despir a camisola partidária, sobretudo quando são da força maioritária que apoia o executivo.

O Presidente da delegação começou por responder dizendo que se as pessoas não tiverem interiorizado uma cultura democrática, a democracia não sobrevive. Sem democratas não há democracia. O partido maioritário defende primacialmente o governo o que não significa que não critique ou aponte outras soluções. Mas o que há sobretudo é confiança no sistema. A democracia não é perfeita, mas é feito um esforço constante no sentido do seu aperfeiçoamento. Intervieram depois os restantes membros da delegação sobre a experiência enquanto Deputados e o relacionamento com o executivo

O Sr. Deputado Arnaldo Chalaua disse que têm problemas sérios de acesso à comunicação social e falou ainda da desigualdade da distribuição da riqueza, sobretudo entre norte e sul.

Às 11:00 a delegação reuniu com o Chefe de Bancada do MDM, Dr. Lutero Chimbirombiro Simango. Começou por referir que o MDM ganhou as quatro maiores cidades e tem forte representatividade em Maputo e Matola. Na Assembleia da República conseguiram quebrar a bipolarização e consolidar a posição como a terceira via em Moçambique, até porque o MDM se encontra numa posição equidistante das opções das outras duas forças e representa uma geração que não esteve envolvida nem na luta armada, nem na guerra civil. O MDM tem tido na Assembleia da República um papel de equilíbrio entre as duas forças pelo que representa um pouco o fiel da balança. Concluiu referindo que o MDM estava comprometido com a paz e com o futuro do país e das futuras gerações.

O Sr. Presidente da delegação agradeceu e dirigiu os cumprimentos em nome da Assembleia da República. Disse que Moçambique não representa um interesse conjuntural para Portugal, mas um interesse permanente e estratégico. Portugal é amigo e advogado de Moçambique na Europa.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Os Deputados portugueses colocaram questões relativamente ao próximo ato eleitoral, sobre a capacidade do MDM candidatar-se em todos os círculos e, sendo um partido recente, se têm condições de assumir o poder, em função dos resultados eleitorais.

O Sr. Chefe da Bancada do MDM respondeu às questões colocadas, dizendo que as lideranças têm um compromisso forte com o poder, mas o restante aparelho do Estado não está comprometido. O futuro governo terá de fazer um esforço de modernização das forças policiais e de segurança, mas está convencido que estas aceitarão uma mudança política. Concluiu dizendo que no dia 15 de outubro irão realizar-se eleições históricas, porque o resultado vai evidenciar a relação de forças existente.

Da parte da tarde a delegação visitou o Consulado-Geral em Maputo e reuniu com o Sr. Cônsul, Dr. Gonçalo Teles Gomes. Após uma visita às instalações, a delegação foi informada das obras previstas para o edifício com vista a melhorar as acessibilidades e a circulação. Foi ainda mencionada a necessidade de envio do arquivo morto existente nas instalações do Consulado para Portugal. O Sr. Cônsul falou sobre a comunidade de portugueses residentes em Moçambique, realçando o facto de não ser uma comunidade muito alargada, encontrando-se registados cerca de 17000 portugueses em Maputo e mais 5000 na Beira, mas ser a comunidade que mais emprego cria. Entregou um mapa comparativo dos atos praticados, de 2009 a 2013, evidenciando um aumento significativo nos três últimos anos (V. em anexo). Mencionou o número de portugueses beneficiários de ASIC-CP (Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas) e pediu a intervenção dos Srs. Deputados relativamente a dois portugueses residentes na Suazilândia, ambos beneficiários do ASIC, a quem o Banco da Suazilândia não efetua o pagamento através do desconto dos cheques (emitidos por banco em Londres).

O Sr. Deputado Paulo Pisco e as Sras. Deputadas Carla Cruz e Helena Pinto visitaram de seguida a Associação da Comunidade Portuguesa de Moçambique e a Academia do Bacalhau.

A Convite do Sr. Cônsul-Geral, a delegação jantou nessa noite na sua residência juntamente com portugueses residentes em Moçambique.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

20 de março – Quinta-feira

A delegação foi assistir a sessão plenária da Assembleia da República e, como é prática, a Sr.^a Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Dr.^a Verónica Nataniel Dhlovo, indicou a presença da delegação que foi saudada com aplauso das Bancadas.

De seguida, a delegação foi recebida pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Lucas Jeremias, em substituição da Sr.^a Presidente que, nessa altura, recebia as representantes das mulheres que se manifestavam frente ao edifício parlamentar contra as alterações ao Código Penal.

O Sr. Vice-Presidente informou que tinha estado recentemente na Assembleia da República de Portugal, integrando delegação do Conselho de Administração. De seguida falou nos programas de cooperação com a Assembleia da República de Portugal, designadamente no último, concluído em 2013, e realçou a necessidade de celebrar novo programa de cooperação de acordo com as atuais prioridades da Assembleia da República de Moçambique. Falou de seguida na situação que se vive em Moçambique e disse que o mundo inteiro ganha com a paz em África.

A delegação partiu de seguida para a Escola Portuguesa de Moçambique para visita e almoço, acompanhada pela Secretária da Embaixada, Dr.^a Patrícia Gaspar.

Dado o atraso do programa, não foi possível concretizar a visita ao Projeto de construção de casa em Intaka, Matola, previsto no programa organizado pela Assembleia da República de Moçambique.

21 de março -.Sexta-feira



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A delegação visitou o Centro de Dia das Mães de Mavalane, projeto apoiado pela Cooperação Portuguesa (V. ficha em anexo), acompanhada pelo Conselheiro para a Cooperação, Dr. Miguel Girão de Sousa.

Depois da visita, a delegação foi para a Assembleia da República de Moçambique, para encontro de balanço da visita entre as duas Comissões, seguido de Conferência de Imprensa.

O saldo da visita foi considerado muito positivo, tendo a Presidente da Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades, Deputada Maria Inês Martins, manifestado grande interesse em visitar a Assembleia da República de Portugal, no quadro da cooperação entre as duas Comissões, ainda na presente legislatura.

A delegação reuniu ainda com o Presidente da Liga Parlamentar de amizade, solidariedade e cooperação Moçambique-Portugal, Deputado Afonso Januário Bombeni, que manifestou interesse em reforçar a cooperação com a Assembleia da República de Portugal e pediu à delegação que transmitisse ao Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Moçambique, Deputado Nuno Magalhães, convite para visitar a Assembleia da República de Moçambique, ainda na presente sessão legislativa.

A convite da Presidente da Comissão das Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades a delegação almoçou com elementos daquela Comissão.

Da parte da tarde, a delegação teve um encontro com representantes de empresas portuguesas em Moçambique (V. lista em anexo), nas instalações da Embaixada de Portugal, organizado pelo Conselheiro Económico, Dr. Fernando Carvalho. Na reunião, entre outros assuntos, foi abordada a questão dos vistos, como carecendo de ser tratada pelos dois países.

Seguiu-se um encontro com escritores e artistas moçambicanos, na residência do Embaixador de Portugal (V. Lista em anexo), seguido de jantar com representantes da Assembleia da República de Moçambique.

22 de março – sábado

Embora não se encontrasse no programa da visita, foi perguntado aos membros da delegação se gostariam de visitar a Casa do Gaiato, projeto também apoiado pela cooperação portuguesa (V. Ficha em anexo) tendo as Sras. Deputadas Carla Cruz e Helena Pinto manifestado interesse na visita, que se efetuou, na companhia do Conselheiro para a Cooperação, Dr. Miguel Girão de Sousa

No domingo, 23 de março, o Sr. Deputado Paulo Pisco e as Sras. Deputadas Carla Cruz e Helena Pinto reuniram com funcionários consulares, a pedido destes. A delegação regressou a Lisboa nesse dia.

3. Conclusão

O saldo, como foi reconhecido por ambas as partes, na reunião de balanço, foi claramente positivo, quer em termos do relacionamento entre os dois Parlamentos quer mais especificamente ao nível das duas Comissões Parlamentares, e desta visita saiu reforçada a importância da cooperação a nível parlamentar, bem como entre os dois países.

Para o saldo positivo desta visita, concorreu significativamente o programa desenhado pela Embaixada Portuguesa e o acompanhamento prestado, quer pela Embaixada, quer pelo Consulado, que permitiu aos membros da delegação conhecerem *in loco* a realidade da comunidade portuguesa residente em Moçambique e projetos de cooperação apoiados por Portugal. Uma palavra final para a excelência do apoio, na preparação e durante a permanência da delegação em Maputo, para a disponibilidade e a simpatia de todos os elementos da Embaixada de Portugal em Maputo, com especial destaque para o Sr. Embaixador de Portugal, José Augusto Duarte, a Sr.^a Ministra Conselheira, Cristina Moniz e o Sr. Cônsul-Geral, Gonçalo Teles Gomes.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

O Relatório será enviado, nos termos regimentais, a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, sugerindo-se que seja enviado, para conhecimento e para os efeitos decorrentes do mesmo, à delegação à Assembleia Parlamentar da CPLP, ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Moçambique e ao Sr. Secretário-Geral.

Palácio de S. Bento, 17 de abril de 2014

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Anexo

Lista de Empresas confirmadas para o Encontro com
Comissão Parlamentar para os Negócios Estrangeiros e Comunidades
Portuguesas

Dia 21 Março – 16h – 2º andar Embaixada

Mota Engil
Plural Editores (Grupo Porto Editora)
EFACEC (provavelmente vai delegar)
Millenium BIM
Moza Banco
JAMP/Construarte
Banco Único
Visabeira
Teixeira Duarte Moçambique, Lda
Soares da Costa Moçambique
BCI
EIP Moçambique Lda.
MOZACO – Mozambique Agricultural Corporation
CriticalSoftware SA
Centrocar
AJAP
Petrogal Moçambique (Galp Energia)
Cabelte

Anexo

Lista de criadores e personalidades da área da cultura que estarão no cocktail na Residência do Embaixador e Portugal:

Artes Plásticas

Elias Naguib

Ídasse Malendza

Sitoe

Paulo Alexandre

Maimuna Adams

Vânia Lemos

Performativas

Ana Magaia

Neuza Naene

N'Guilozy da Conceição

Literatura

Mia Couto

Paulina Chiziane

Ungulani Ba Ka Khosa

Suleiman Cassamo

Eduardo White

Cinema

João Ribeiro

Arquitetura

Luís Lage

Jaime Comiche

Moda/Design

João Roxo

Telma Orlando

Produtores

Cândida Mata

Paulo Chibanga

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Jornalistas (Cultura)

Rogério Manjate

Luís Sá

Felicidade Zunguza

Institucionais

Julieta Massimbe, diretora do Museu Nacional de Arte

Fernando Dava, diretor do ARPAC

Conceição Siopa, Formadora do Camões na Universidade Eduardo Mondlane

José António Marques, Formador do Camões na Universidade Pedagógica

**Programa de Cooperação entre o Ministério da Solidariedade e da
Segurança Social de Portugal e o Ministério da Mulher e da Acção Social
da República de Moçambique (2011-2014)**

Ficha-sumário de Projeto

A. TÍTULO DO PROJETO:	Projeto Apoio ao Centro Dia Mães de Mavalane
B. N.º DO PROJETO (BASE DE DADOS DA COOP. PORTUGUESA):	7593
C. CÓDIGO SECTORIAL CAD/CRS:	16050
D. PAÍS/REGIÃO:	Maputo/Moçambique
E. ODM:	ODM 1, 2, 4
F. EIXO(S) DE INTERVENÇÃO:	Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza
G. ÁREA(S) DE INTERVENÇÃO:	Educação e Serviços Sociais Básicos
H. GRUPO ALVO:	Crianças e jovens carenciados
I. ENTIDADE PROPONENTE:	Ministério da Mulher e da Acção Social da República de Moçambique
J. ENTIDADE EXECUTORA:	Associação Centro Dia Mães da Paróquia de Mavalane
K. DURAÇÃO E CALENDÁRIO:	2011-2014
L. CUSTO DO PROJETO:	1.815.436,64 EUR (financiamento GEP/MSSS: 1.114.664,91 EUR; Parte Moçambicana: 700.771,73 EUR) ¹
M. PLANO DE FINANCIAMENTO:	2011: 468.802,93 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 290.812,00 EUR; Parte Moçambicana: 177.990,98 EUR) 2012: 749.338,32 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 453.864,80 EUR; Parte Moçambicana: 295.473,51 EUR) 2013: 597.295,34 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 369.988,11 EUR; Parte moçambicana: 227.307,24 EUR) 2014: financiamento dependente da disponibilidade

¹ O valor indicado corresponde à soma do financiamento concedido em 2011, 2012 e 2013. O financiamento a conceder em 2014 será objeto de análise e eventual aprovação anual, de acordo com a disponibilidade orçamental das partes.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

	orçamental das partes.
N. RESUMO DO PROJETO: <u>Início do Projeto:</u> O Projeto vem sendo apoiado pelo GEP/MSSS desde 2002. <u>Infraestruturas e localização:</u> As atividades do Projeto decorrem em instalações do <i>Centro Dia Mães de Mavalane</i>: - nos Bairros de Mavalane "A" e "B", de Hulene "A" e "B" e parte do Bairro FPLM - Maputo, com uma população de cerca de 118 mil habitantes; - e em Chibuto - Província de Gaza, com uma população de 197 214 habitantes, onde se promove a inserção social e o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens de grupos sociais desfavorecidos. Infraestruturas disponíveis e financiadas pelo GEP/MSSS: 1 Centro Dia (que inclui Escola Secundária financiada pelo Camões I.P.) + 1 Centro Vocacional + 1 Jardim Infantil + 1 Centro Dia para Idosos+ 1 Centro Vocacional e Residencial (em Chibuto). <u>Objetivo Global:</u> Contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, através da inserção social, do desenvolvimento pessoal e do incentivo e apoio à educação de crianças e jovens que pertençam a grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos. <u>Objetivos específicos:</u> ➤ Proporcionar o desenvolvimento integral de crianças em idade pré-escolar; ➤ Proporcionar a crianças e jovens carenciados o crescimento saudável (apoio na dieta alimentar e na assistência médica e medicamentosa) e o acesso à educação (ensino regular ou formação profissional) visando o aumento do nível de qualificações e, consequentemente, a inserção no mercado de trabalho; ➤ Proporcionar à população idosa o acesso a bens e serviços essenciais (alimentação cuidados básicos de saúde, atividades recreativas) ➤ Proporcionar aos jovens o acolhimento, a realização de atividades de formação vocacionais e o apoio em refeições e cuidados básicos de saúde. <u>Atividades:</u> ➤ Proporcionar a crianças carenciadas (2 – 5 anos) o acesso a um conjunto de bens e serviços básicos essenciais: alimentação, cuidados básicos de saúde, assistência escolar; ➤ Proporcionar a jovens carenciados o acesso a bens e serviços básicos (alimentação, cuidados básicos de saúde, assistência escolar), e à educação (pré-escolar, ensino básico,	

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

secundário e superior e ainda formação vocacional);

- Apoiar idosos, em regime de Centro de Dia, alimentação, cuidados de saúde e atividades recreativas.

Principais resultados alcançados em 2013:

- 4.173 crianças e jovens apoiados no acesso ao ensino formal, dos quais, 1.040 apoiados integralmente (com material escolar, fardamento, alimentação e cuidados básicos de saúde) / ano
- 370 crianças (2 - 5 anos) apoiadas em jardim infantil / ano
- 3.673 jovens beneficiando de cursos vocacionais/profissionais / ano
- 150 idosos apoiadas em regime de Centro de Dia / ano
- 420 jovens, dos 14 aos 22 anos (60 alunas internas, 120 semi-internas e 240 externos), apoiados no acesso ao ensino formal (em Chibuto)
- 81 postos de trabalho apoiados / ano

**Programa de Cooperação entre o Ministério da Solidariedade e da
Segurança Social de Portugal e o Ministério da Mulher e da Acção Social
da República de Moçambique (2011-2014)**

Ficha-sumário de Projeto

A. TÍTULO DO PROJETO:	Projeto à Casa do Gaiato de Maputo
B. N.º DO PROJETO (BASE DE DADOS DA COOP. PORTUGUESA):	7593
C. CÓDIGO SECTORIAL CAD/CRS:	16050
D. PAÍS/REGIÃO:	Boane/Província de Maputo/Moçambique
E. ODM:	ODM 1, 2, 4
F. EIXO(S) DE INTERVENÇÃO:	Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza
G. ÁREA(S) DE INTERVENÇÃO:	Educação e Serviços Sociais Básicos
H. GRUPO ALVO:	Crianças órfãs de SIDA ou abandonadas; Comunidades em geral dos Distritos de Boane e Namaacha
I. ENTIDADE PROPONENTE:	Ministério da Mulher e da Acção Social da República de Moçambique
J. ENTIDADE EXECUTORA:	Casa do Gaiato de Maputo
K. DURAÇÃO E CALENDÁRIO:	2011-2014
L. CUSTO DO PROJETO:	641.242,28 EUR (financiamento GEP/MSSS: 532.312,86 EUR; Parte Moçambicana: 108.929,42 EUR) ²
M. PLANO DE FINANCIAMENTO:	2011: 143.081,14 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 109.063,17 EUR; Parte Moçambicana: 34.017,97 EUR) 2012: 327.247,03 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 297.199,29 EUR (148.43,56 € p/investimento); Parte Moçambicana: 30.047,74 EUR) 2013: 170.914,11 Euros (financiamento concedido - GEP/MSSS: 126.050,40 EUR; Parte moçambicana: 44.863,71 EUR)

² O valor indicado corresponde à soma do financiamento concedido em 2011, 2012 e 2013. O financiamento a conceder em 2014 será objeto de análise e eventual aprovação anual, de acordo com a disponibilidade orçamental das partes.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

	2014: financiamento dependente da disponibilidade orçamental das partes.
N. RESUMO DO PROJETO: <u>Início do Projeto:</u> O Projeto vem sendo apoiado pelo GEP/MSSS desde 2003. <u>Infraestruturas e localização:</u> As atividades do Projeto decorrem nas instalações da Casa do Gaiato, em Massaca-Boane, com uma população de 102.457 habitantes, onde são acolhidas crianças do sexo masculino, órfãos de Sida, abandonadas, e em situação de vulnerabilidade social, provenientes dos Distritos de Boane e Namaacha. Infraestruturas disponíveis, cuja reabilitação foi efetuada com financiamento do GEP/MSSS: Bloco de apoio/atendimento das comunidades; 1 Jardim Infantil; Casa Esperança; 2 salas de leitura Formação/apoio escolar; Oficinas; Internato: 5 "Casas" (dormitórios); salão polivalente; edifício Principal. <u>Objetivo Global:</u> Contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, através do acolhimento, da proteção e do apoio à educação das crianças e jovens órfãos de sida e em situação de vulnerabilidade social das aldeias de Massaca 1, Picoco e Manhanhane (Distrito Boane) e de Changelane, Mahelane e de Ndividwane (Distrito da Namaacha) . <u>Objetivos específicos:</u> ➤ Garantir proteção e apoio a crianças e jovens órfãos de Sida e em risco, proporcionando-lhes um lar e um ambiente familiar, a fim de que tenham uma vida digna; ➤ Contribuir para o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens em regime de internato e externas através de apoio psicológico, dieta alimentar equilibrada, assistência médica e medicamentosa, de internamento se necessário, e de atividades escolares e recreativas; ➤ Proporcionar às comunidades em geral o acesso aos cuidados básicos de saúde, ao internamento e ao transporte em ambulância. <u>Atividades:</u> ➤ Acolhimento, em regime de internato, de crianças órfãs e/ou abandonadas e em situação de risco (apoio em alimentação, cuidados básicos de saúde, apoio escolar, atividades de ocupação de tempos livres); ➤ Prestação de cuidados de saúde (incluindo transporte em ambulância) às crianças internas/externas, aos doentes com HIV Sida e a toda a população das 6 aldeias. <u>Principais resultados a alcançar:</u> ➤ 160 crianças (2-10 anos) apoiadas em regime de internato / ano	

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- 340 crianças (2-10 anos) apoiadas em regime de externato/ ano
- 2.585 utentes assistidos com cuidados médicos e medicamentosos / ano
- 18 postos de trabalho apoiados / ano .